

Março, 2023

BPC Policy Brief V. 13 N. 01

BPC Policy Brief

Caderno BRICS-Urbe

**A mobilidade urbana dos
estudantes da PUC-Rio: a
dinâmica comparativa entre o
modelo online VS. o modelo
presencial**



Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os *briefs* tem sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL

Ana Garcia

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Lia Frota e Lopes

EDITORAÇÃO E DESIGN

Luiz Segreto

Karla Costa

ESTAGIÁRIA

Maria Carolina Cassella

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
Contato. (+55 21) 2535-0447
www.bricspolicycenter.org / bpc@



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Equipe Projeto

SUPERVISOR GERAL

Sérgio Veloso

AUTORES

Anna Carolina Cabrini

João Carmino Sciammarella

Mariah Queiroz

BPC Policy Brief V. 13 N. 01

Março/2023.

Rio de Janeiro. PUC - BRICS Policy Center

ISSN: 2318-1818

8p ; 29,7 cm

Palavras-chave:

1. Mobilidade urbana; 2. Ensino remoto; 3. Pandemia COVID-19.





Sumário

Introdução	04
Tipos de educação por Paulo Freire	04
Questões de transporte e de cidade	05
Resultados	06
Referências Bibliográficas	07

A mobilidade urbana dos estudantes da PUC-Rio: a dinâmica comparativa entre o modelo online VS. o modelo presencial

Elaborado por
Anna Carolina Cabrini
João Carmino Sciammarella
Mariah Queiroz

Introdução

O presente trabalho visa apresentar, de maneira consistente, os impactos da pandemia para os alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em termos das consequências, sejam elas positivas ou negativas, que o ensino remoto trouxe. Um enfoque maior será atribuído à questão do transporte público, visto que o deslocamento para a faculdade, ou a falta de necessidade de deslocamento, é um dos pilares das discussões referentes a este problema.

Para isso, foi realizada entre os dias 27 de outubro de 2022 e 08 de dezembro de 2022, um estudo transversal, survey, ou mais simplesmente, pesquisa de opinião, divulgada entre o corpo discente e docente da universidade. As avaliações dos estudantes e dos professores e funcionários foram medidas por indicadores em escala qualitativa e quantitativa, em regime anônimo de resposta, para preservar a identidade dos participantes. O resultado da pesquisa deve ser enxergado a partir da categoria de educação inclusiva, trabalhada pelo sociólogo e pedagogo brasileiro Paulo Freire. Esta categoria será desenvolvida em termos teóricos a seguir neste trabalho para que o leitor possa contar com o entendimento dos conceitos fundamentais relacionados a este tema.

Tipos de educação por Paulo Freire

É importante ressaltar, primeiramente, que o sistema adotado pela PUC-Rio deve ser tratado como ensino remoto, que não representa, necessariamente, o sistema de ensino à distância, conhecido como EaD. Esta diferenciação é importante, não só em termos jurídicos, visto que é determinado pelo Ministério da Educação que as faculdades de regime presencial tenham no máximo 20% de ofertas de disciplinas em regime EaD. Apesar de que, em março de 2020, ocorreu uma flexibilização dessa determinação, em função do caráter emergencial da pandemia do novo coronavírus (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

No entanto, a diferenciação também é importante em termos conceituais. O ensino remoto pressupõe que as aulas serão ministradas em ambiente digital, no caso da PUC-Rio, no aplicativo Zoom, e que serão realizadas em horários fixos, de maneira síncrona, em que o professor, através de câmera e microfone interage normalmente com os alunos. A intenção, neste caso, era preservar ao máximo a dinâmica de sala de aula em um ambiente controlado e seguro perante as ameaças que traziam o COVID-19 e suas variantes.

De forma oposta, a educação à distância (EaD) representa um formato engessado em que o professor (ou tutor) grava vídeos de maneira industrial, relatando um conteúdo para os alunos. Este conteúdo deve normalmente ser explicado

sem referências temporais para que os vídeos possam ser utilizados ad infinitum. Segundo Pesce, o formato de EaD brasileira é baseado na economia de custo (PESCE, 2007 apud VAZQUEZ; PESCE, 2022). Além disso, estas autoras argumentam que, em uma leitura marxista do processo educacional, o EaD estaria expropriando o professor da centralidade desta dinâmica, colocando o aluno sob a responsabilidade de assistir e interpretar o conteúdo na hora e como bem entende. Neste sentido, seria uma espécie de “alienação” do processo educacional.

No ensino remoto, o professor não seria expropriado da sua função de educador. Ele continuaria exercendo esta função, interagindo com os alunos, mesmo que em um ambiente diferente (digital), sem restringir a possibilidade de que uma educação dialógica ocorra (VAZQUEZ; PESCE, 2022). Daí, supõe-se que não existe “alienação” neste processo. No entanto, por si só, as condições de adaptação à educação na pandemia ao formato virtual remoto não implicam necessariamente que uma educação dialógica ocorrerá.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 2008, p. 68). Freire imagina a educação como uma rede colaborativa em que se enfraquecem visões hierárquicas de mestre e aprendiz, gerando espaço para que cada indivíduo, com suas próprias experiências e perspectivas de mundo, colaborem positivamente para o ensinamento do outro. Isso não significa uma extinção da figura do professor. Ela existe, mas não representa o expoente absoluto do conhecimento. Na verdade, ela representa uma espécie de condutor da orquestra da educação, conduzindo os tópicos de abordagem e estimulando a formação conjunta do conhecimento e da aprendizagem. Isto seria uma educação dialógica.

As características principais desta lógica educacional são: diálogo igualitário, inteligência cultural, capacidade de transformação pela educação e não pelo educador, criação de sentido associando o aprendizado com a vida real, a solidariedade e a valorização das diferenças (FREIRE, 2006). Desse modo, a educação dialógica se opõe à chamada educação bancária, em que a hierarquia do professor é mantida e o conhecimento flui do professor para os alunos ouvintes, sem muito espaço para compartilhar conhecimento e contribuições relevantes. Dito isto, ressalta-se que EaD não representa nem a educação bancária e muito menos a dialógica, representa a capitalização da educação (VAZQUEZ; PESCE, 2022). Enquanto isso, o ensino remoto, como no formato adotado na PUC-Rio, pode representar tanto uma modalidade quanto outra.

Questões de transporte e de cidade

Fato importante para determinar a relevância de se perguntar aos discentes e docentes de uma universidade quais foram os impactos da pandemia na condução dos estudos, com enfoque especial nos meios de transporte, é que, para muitos, o deslocamento dentro da cidade do Rio de Janeiro custa tempo, conforto e dinheiro. A partir do momento em que o deslocamento se torna desnecessário em uma modalidade de educação remota, e esta variante se retira da lógica de aprendizagem, opiniões são formadas baseando-se nos benefícios e nos prejuízos de se ter uma educação remota, que devido ao caráter emergencial perde em qualidade de ensino e conseqüentemente em potencialidade de educação dialógica, mas que ao mesmo tempo se ganha qualidade de vida, de rotina, de tempo e de conforto sem a necessidade de muitas vezes se deslocar durante horas em ambientes desconfortáveis para se chegar ao local onde o ensino acontece. Conceito fundamental para se entender essa percepção no campo teórico é o de “Direito à Cidade”, desenvolvido por Henri Lefebvre e mais tarde reutilizado por outros como David Harvey. Este conceito admite uma diversidade de demandas, como “o direito de ir e vir, o direito a exercer poder sobre o processo de urbanização, até o direito à obra e à apropriação, estando presente tanto nas pautas reformistas, como nas revolucionárias.” (BRANDT, 2018, p. 2). Em Harvey, este conceito assume uma postura ainda mais marxista do que a de Lefebvre:

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido (HARVEY, 2014, p.21).

Este conceito, independentemente do grau revolucionário atrelado a ele, representa essencialmente que são seus habitantes que essencialmente constituem as cidades, e estes precisam ter direito a ela. Um direito fundamental é o de ir e vir em segurança e conforto, direito ausente no Rio de Janeiro para parte majoritária da população, e agravado ainda por questões de gênero. Mulheres, por exemplo, tendem a sofrer mais violências no deslocamento em transporte público. O fracasso do Rio de Janeiro de apresentar melhores condições de meios de transporte para sua população motivou a realização deste estudo.

Resultados

A fim de compreender a problemática proposta pela pesquisa em questão acerca da mobilidade urbana pré e pós pandemia e os diferentes modelos de ensino que protagonizaram tais períodos, realizamos um questionário que foi veiculado entre alunos da PUC-Rio.

Analisando as respostas obtidas, temos uma visão mais ampla das preferências dos estudantes e, mais importante, dos aspectos e condições de mobilidade urbana atuais na cidade do Rio de Janeiro que os levaram à tal escolha. Dessa forma, percebemos que, de 78 que responderam, 32 (41%) são dependentes do transporte público para se deslocar até a faculdade, 21 destes 32 são mulheres e a esmagadora maioria desse contingente depende de 1 ou mais modais de transporte - a mais comum é a combinação de metrô e ônibus. Dessa forma, analisando de uma perspectiva isolada de gênero, mais da metade dos que responderam foram mulheres, muitas das quais relataram insegurança tanto no transporte público quanto no trânsito, e dentre as queixas mais comuns estão o assédio e o receio de assaltos. De forma geral, e sob a lupa da segurança pública, 44 dos 78 responderam que se sentem inseguros no transporte público. Sendo assim, podemos concluir que um dos fatores de maior importância para a qualidade de vida da população, que é o deslocamento cotidiano, se torna um desafio na medida em que os estudantes enfrentam diversos riscos durante o trajeto, diversas horas no trânsito dependendo do horário e, por último mas não menos importante, gastam, minimamente, R\$9,00 todos os dias (ida e volta, somente de ônibus), o que ao final de um mês soma R\$180,00 e faz uma grande diferença na renda mensal de muitos.

Em função de analisar os níveis de aprendizado, fornecemos uma escala de 1 a 5 para que os estudantes respondessem o grau de atenção em cada modelo de ensino. Apesar da questão da mobilidade pesar em favor do ensino remoto, o aprendizado vem como contrapeso: durante as aulas remotas, a média de atenção relatada pelos alunos foi de 2,2 numa escala de 1 a 5, enquanto nas aulas presenciais a média é de 4,2. Por outro lado, 54 dos 78 também apontaram grande aumento na produtividade e rendimento quando não precisavam se deslocar até a universidade.

Além disso, em resposta a uma das últimas questões do formulário: *“Levando em consideração o tempo e o custo financeiro do deslocamento, você consideraria benéfico um retorno ao modelo online ou a adoção de um modelo híbrido?”*, 55 dos 78 estudantes responderam que são a favor do modelo híbrido e, mesmo que o meio de transporte ideal para o seu deslocamento existisse, não trocariam sua resposta, continuariam a favor do modelo híbrido.

Logo, podemos concluir que a adoção de um modelo de ensino híbrido mais flexível seria a realidade ideal para muitos estudantes, contudo, essa realidade vem acompanhada de custos extremamente importantes tais como as interações sociais entre estudantes, professores e outros membros da universidade, envolvimento político e intelectual característicos do meio universitário, trocas e aprendizados que só podem ser vividos dentro de um campus. Dessa maneira, é impossível concluir qual é o melhor modelo de ensino, dado que ambos vêm acompanhados de prós e contras, mas a pesquisa serviu seu propósito e mostrou que hoje, como dito anteriormente, o corpo docente acredita que o modelo mais adequado seria o modelo híbrido.

**Essa pesquisa de forma alguma reflete as opiniões e preferências pessoais dos pesquisadores responsáveis. **

Referências Bibliográficas:

BRANDT, Daniele Batista. O Direito à Cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da Utopia Urbana Experimental à Gestão Democrática das Cidades.

XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS). UFES, Vitória-ES, 02 a 07 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do Mec. MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais. 2020. Elaborada por Larissa Lima. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso em: 08 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido. 47. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VAZQUEZ, Daniel Arias; PESCE, Lucila. A experiência de ensino remoto durante a pandemia de Covid-19: determinantes da avaliação discente nos cursos de humanas da Unifesp. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 01, p. 183-204, mar. 2022



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS
R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
Contato. (+55 21) 2535-0447

